

A Transformação da Defesa nos EUA e sua Aplicação na América Latina

Dr. Jaime García Covarrubias

ATUALMENTE, o principal projeto do Departamento de Defesa dos EUA é a transformação do seu sistema. Desde 2001 muitos especialistas se dedicam a explicar o conceito, enquanto isso, o governo de Washington organizou um Escritório de Transformação da Força subordinado ao Departamento de Defesa. No decorrer destes anos houve um significativo progresso, impulsionado pela eclosão de duas guerras e de um astucioso ataque terrorista, que contribuíram para moldar definitivamente sua concepção.

Num processo quase natural de transferência de idéias, este conceito foi transmitido à América Latina onde os estados-maiores tentam absorvê-lo e encontrar sua aplicação numa realidade onde as forças armadas, em muitos casos, enfrentam uma extrema escassez de recursos.

Por esta razão é que a transferência desse conceito para a América Latina não é tão simples, já que o modelo da estrutura organizacional básica da instituição militar depende da modalidade estratégica adotada e esta, por sua vez, varia em função dos desafios e ameaças que o Estado enfrenta. Neste sentido, a situação dos EUA não é semelhante à dos países da região e por esta razão a aplicação desse conceito na América Latina deve ser analisada com cuidado.

Este artigo procura explicar o conceito de transformação da defesa enfatizando os aspectos que considera úteis para os países latino-americanos. Eu gostaria de esclarecer que estas são minhas opiniões pessoais e não estão relacionadas aos organismos ou países onde eu tenha atuado profissionalmente.

Segurança e Defesa na América Latina: Uma Aproximação Conceitual

Antes de abordar esse tema que nos interessa, insistirei numa comparação conceitual com relação à Segurança e à Defesa na região, isto, porque qualquer processo de transformação deve considerar previamente uma identificação correta da ameaça.

Como já foi mencionado inúmeras vezes, as denominadas novas ameaças se referem aos riscos a que ficaram sujeitos todos os países após a guerra fria. A partir de então, este conceito começa a surgir mais intensamente, revelando a necessidade de reformar o setor da defesa dos países, a fim de desenvolver as capacidades necessárias para enfrentar tais ameaças.

Ao revisarmos a Declaração de San Carlos de Bariloche, constatamos a preocupação pelo impacto dos fenômenos econômicos sobre a segurança dos países.¹ Paulatinamente, esta última circunstância tornou os riscos de natureza política, econômica e social como eventuais ameaças aos Estados.

Assim sendo, na reunião supracitada, os grupos de trabalho concordaram que as novas ameaças eram, dentre outras, o crescente desemprego, a marginalidade social, as migrações descontroladas, o narcotráfico, o terrorismo em todas as suas formas, o crime organizado, as violações dos direitos humanos, a degradação do meio ambiente, as discriminações diversas. Como se pode avaliar, tais ameaças são uma combinação de diversos riscos, tendo em comum apenas o fato de que não podem ser resolvidos com um único instrumento, necessitando portanto

de um tratamento separado. Essa situação complica-se ainda mais com o fato de que alguns identificam, ou melhor, confundem o conceito de segurança nacional com segurança pública.

Devido a estes fatos confusos é que, ao longo destes anos, se intensificou a necessidade de definirmos as diferenças entre Defesa e Segurança. Qual é o âmbito de uma e de outra. Sem dúvida, isso é uma discussão de interesse mais acadêmico que político. Firmei uma posição denominada *visão instrumental da defesa*, na qual a segurança é somente um “efeito”. Por sua vez a segurança pública, que se confunde com o “efeito” segurança, é um dos instrumentos que o Estado possui, da mesma forma que a defesa, saúde, educação e habitação para resolver seus problemas, neste caso a segurança das pessoas.

Porém, o que significa uma defesa instrumental? Significa que se, em função da magnitude e do tipo da ameaça ou problema, o Estado resolve ou precisa utilizar as forças armadas ou a polícia² para resolvê-los, a ameaça será considerada de defesa. Por outro lado, se o problema (por exemplo, AIDS) exige o sistema de saúde para ser resolvido, simplesmente é um problema próprio do setor de saúde. Em suma, o instrumento a ser empregado definirá se a ameaça é própria do setor de defesa ou é um problema relativo a outro setor. Obviamente, haverá ameaças que são nitidamente de uma determinada natureza exigindo, portanto, um instrumento muito preciso para resolvê-lo. Por exemplo, se um país é invadido militarmente não há dúvida de que essa circunstância (ou ameaça) é própria da defesa e, portanto, requer um aparato militar para resolvê-la. Neste caso a “natureza” da ameaça é, sem dúvida, própria do âmbito da defesa.

Entretanto, o ponto de maior conflito diz respeito àqueles que consideram a miséria como uma ameaça à segurança. Considerando esta perspectiva, supor-se-ia que os miseráveis constituem uma ameaça em potencial. Suposição com a qual não estou de acordo. Em minha opinião, a miséria em si não é uma ameaça. Ela pode ser a causa, o motivo ou o catalisador de alguma, como por exemplo, o terrorismo ou o narcotráfico. Neste caso, as forças armadas não atuam contra a fome, senão diretamente contra a ameaça que exija o instrumento militar.³

Por sua vez, as forças armadas (como instrumento de defesa) têm uma destinação (foram criadas para cumprir uma missão), são dotadas de capacidades (para serem eficazes e eficientes no cumprimento da missão) e têm uma base constitucional que as regula (ver figura 1). O lógico é empregá-las dentro destes preceitos. Por sua vez, o próprio Estado terá que desenvolver suas capacidades específicas para resolver os diferentes tipos de problemas ou ameaças. Por exemplo, desenvolver um bom sistema de saúde que controle a AIDS, uma estrutura educacional adequada, iniciativas que resolvam a miséria etc.

Não obstante esta intenção de descaracterizar o setor

da defesa é importante salientar que os ministros da região concordaram que o principal papel das forças armadas continua sendo a defesa da soberania nacional e reconhecem tacitamente que cada país tem liberdade para definir um âmbito próprio de ameaças específicas. Isto concede liberdade de ação aos países no que diz respeito à validação de suas hipóteses de guerra (em geral com os países limítrofes) que deverão ser resolvidas ou apaziguadas pelos próprios países através de entendimentos bilaterais.

É essencial ter muito claro que, no mundo de hoje, haverá três cenários que poderão entrar em vigor simul-

Como já foi mencionado inúmeras vezes, as denominadas novas ameaças se referem aos riscos a que ficaram sujeitos todos os países após a guerra fria. A partir de então, este conceito começa a surgir mais intensamente, revelando a necessidade de reformar o setor da defesa dos países, a fim de desenvolver as capacidades necessárias para enfrentar tais ameaças.

taneamente. O primeiro é a paz, à qual se acrescentou o adjetivo “relativa” já que as novas ameaças são um fenômeno que se observa num cenário de paz. O segundo é a crise, em que as forças armadas deverão desenvolver e aprofundar medidas de dissuasão concretas, reais e plausíveis. O terceiro cenário é a guerra ou conflito, com o emprego militar dos meios de defesa. Estes três eventos poderão se entrelaçar e se combinar, uma vez que hoje as guerras não são declaradas, coexistindo com a paz e/ou a crise. Quanto mais compromissos estratégicos o país tiver, maior será o risco da simultaneidade dos eventos. Da mesma forma, em qualquer momento poderá ser parte de uma crise ou de grande tensão em alguma parte.

No cenário estratégico atual, os setores de Defesa terão que cumprir quatro missões principais. A primeira é resolver as ameaças tradicionais ou eventual ataque militar. A segunda é resolver as chamadas novas ameaças. A terceira, cumprir com os compromissos estratégicos do país, como as operações de manutenção de paz, dentre outros. Finalmente, participar do desenvolvimento nacional, de acordo como o papel subsidiário do Estado numa a política de mercado. Adicionalmente e como quinta tarefa, poderão ser acrescentadas as funções de Segurança Pública, quando a polícia depender do setor da Defesa. Cada país priorizará soberanamente essas missões, de acordo com a sua situação particular.

Assim sendo, antes de resolver qualquer processo de reforma do setor, terão que sem cumpridos três requisitos preliminares. Inicialmente, esclarecer a confusão concei-

tual entre defesa e segurança. Qualquer opção é válida, porém o inconveniente é a confusão em si, já que esta tem um impacto muito grande no cumprimento das tarefas do setor da Defesa. Em seguida, identificar e hierarquizar os quatro papéis que as forças armadas irão desempenhar na atualidade. Finalmente, definir a extensão desejada à reforma militar e as causas que a motivam.

A Transformação da Defesa.

Evolução do conceito e sua implementação nos EUA. Este país tem a prática muito salutar de obter lições aprendidas ao término de cada conflito ou guerra. O General George Marshall foi o feliz autor desta idéia. Neste contexto, ao término da Guerra do Vietnã começou uma árdua e muito séria revisão geral do que acontecera no conflito. Conseqüentemente, em 1973, foi criado o Comando de Adestramento e Doutrina do Exército dos EUA (*TRADOC*) no Forte Monroe (Virgínia), lugar onde o processo se enraizou e foram desenvolvidos inicialmente os conceitos de defesa ativa e de combate aeroterrestre, este último reivindicando as teorias de guerra aérea de Seversky, Michels e Douet.

As experiências foram revisadas minuciosamente e os novos enfoques foram comparados, agora com uma visão dinâmica, assumindo que atualmente as modificações são tão rápidas tornando bianuais revisões realizadas anteriormente em períodos de quarenta anos. Talvez o ensinamento mais importante tenha sido a necessidade de se passar de um exército próprio da sociedade industrial (segunda onda) para um da era tecnológica e da informação (terceira onda). Essa mudança é tão profunda que hoje — ao contrário da II Guerra Mundial — um soldado na trincheira está tão informado da evolução política da guerra quanto à opinião pública ou seus próprios comandantes.

Posteriormente surgiu a necessidade estratégica de tentar conciliar a ação das forças armadas norte-americanas em dois teatros simultâneos, como, por exemplo, um eventual conflito simultaneamente contra o Iraque e a Coreia do Norte, alternativa muito difícil de ser apoiada logisticamente. Acrescenta-se a isso, o perigo da guerra assimétrica como a principal ameaça das chamadas “*rogue nations*” (nações rebeldes). Neste tipo de guerra, as armas de destruição em massa e a neutralização do sistema tecnológico aparecem como os maiores peri-



gos. Todos estes fatos dão início à urgente necessidade de se realizar uma verdadeira “revolução” em assuntos militares, culminando, no início do século XXI, com o programa do então candidato George W. Bush de promover um processo de transformação militar.

A transformação militar com ênfase na guerra assimétrica teve início quando o Presidente Bush assumiu o cargo e nomeou Donald Rumsfeld para o Departamento de Defesa; no entanto, foram os atentados de 11 de setembro que deram um novo enfoque ao projeto. Em outubro de 2001, o Almirante Cebroski foi designado para administrar o novo escritório subordinado ao Secretário Rumsfeld. A partir de então, foram produzidos vários documentos, sendo os principais: *Defense Leaders on Transformation*, *DoD Six Transformation Goals*, *Training Transformation*, *Future Warfare Joint Vision 2020*, *Military Transformation (Strategic Approach)* e *Transformation Planning Guidance 2003*. Além disso, foram adotadas medidas para que o processo de Transformação fosse estendido à OTAN, mantendo para isto um comando operacional na Europa e criando um comando de transformação em Norfolk (Virgínia), sob o comando do almirante norte-americano Edmund Giambastiani. Assim podemos deduzir que ambos os processos de transformação, o norte-americano e o da OTAN, funcionam em harmonia.

Com toda esta informação e depois de revisar, um a um, os documentos oficiais e de avaliar os discursos, trabalhos e entrevistas do Secretário Rumsfeld explicarei brevemente os aspectos fundamentais do processo.

A definição de transformação é bastante explícita. Entende-se por transformação o processo de antecipar as mudanças naturais em assuntos da esfera militar e de cooperação, através de uma combinação de conceitos, capacidades, indivíduos e organizações, explorando as vantagens da nação e protegendo-se contra as vulnerabilidades assimétricas. O acima mencionado mantém uma posição estratégica adequada para sustentar a

paz e a estabilidade mundiais. A meu ver, o conceito fundamental da definição é “antecipar-se a mudanças naturais”, o que implica reconhecer que há mudanças que transcendem a vontade dos homens e que é necessário acompanhá-las. Um outro conceito mencionado é a “esfera de ação militar e cooperação”, abrangendo assim não somente a guerra. Outros conceitos importantes são as necessidades de proteger-se das “ameaças assimétricas” e de “sustentar a posição estratégica”.⁴

Este processo de transformação se inclui na estratégia de *Preemption* (antecipação) inaugurada após os acontecimentos de 11 de setembro. Como sabemos este conceito se diferencia de *Prevention* (prevenção), no sentido de ser uma resposta decididamente ofensiva diante de uma eventual ameaça que pareça ser iminente. Não obstante, submerso nas sutilezas das definições, eu diria que a diferença entre *prevention* (prevenção) e *preemption* (antecipação) é que para assumir esta última é necessário ser uma potência mundial. De qualquer maneira, a transformação militar consiste em gerar uma força militar que seja um instrumento real de ataque preventivo. Isto é rápido, de pronta-resposta e letal.⁵

Para incluir a explicação correta do significado da transformação é necessário que estejamos no contexto dos objetivos da política de defesa e nos princípios estratégicos adotados pelos EUA. Os objetivos da política de defesa são proteger os aliados e amigos, dissuadir rivalidades militares, dissuadir ameaças aos interesses dos EUA e, se as medidas dissuasórias falharem, derrotar militarmente o inimigo. Por outro lado, os princípios estratégicos adotados são: defender os EUA e projetar o poder militar, controlar riscos, estreitar alianças, ter capacidades flexíveis e móveis, ampliar a posição global dos EUA, e desenvolver uma ampla esfera de capacidades militares e transformar a defesa.⁶

Esse processo de transformação envolve o combate e a gestão das forças armadas, bem como a cooperação e a integração dos demais instrumentos do poder nacional. Nesse respeito, o Secretário Rumsfeld tem sido muito claro ao afirmar que é inútil transformar apenas as forças armadas, deixando de lado o setor da defesa na sua totalidade. Por outro lado, a estratégia consiste em modificar a cultura através de uma liderança inovadora e em modificar os processos e as capacidades através da Transformação das forças armadas. O prazo para o atual projeto é de aproximadamente 20 anos. O Secretário Rumsfeld declarou que a transformação é um processo permanente, que teve um início, mas que não terá um término.

Os principais responsáveis pelo processo são o Secretário de Defesa, o Chefe do Estado-Maior Combinado e o Diretor do Escritório de Transformação. Logo abaixo, as responsabilidades de execução estão a cargo dos comandos operacionais. Desta forma se produz uma

subordinação de cima para baixo e de feedback de baixo para cima.

O processo de transformação em andamento serve aos seis objetivos operacionais identificados em 2001, a saber: proteger as bases críticas das operações; projetar e apoiar as forças impedindo o acesso das ameaças; negar refúgios ao inimigo; assegurar os sistemas de informação; fortalecer as capacidades dos sistemas espaciais; e desenvolver o sistema combinado com informática e uma plataforma tecnológica adequada. Este último ponto é o eixo fundamental do processo de Transformação.⁷

Na minha opinião, a experiência que melhor comprova o progresso tecnológico do sistema de comando e controle norte-americano é o fato de que na guerra do Afeganistão — a primeira guerra deste século — o

Assim sendo, antes de resolver qualquer processo de reforma do setor, terão que sem cumpridos três requisitos preliminares. Inicialmente, esclarecer a confusão conceitual entre defesa e segurança. Qualquer opção é válida, porém o inconveniente é a confusão em si, já que esta tem um impacto muito grande no cumprimento das tarefas do setor da Defesa.

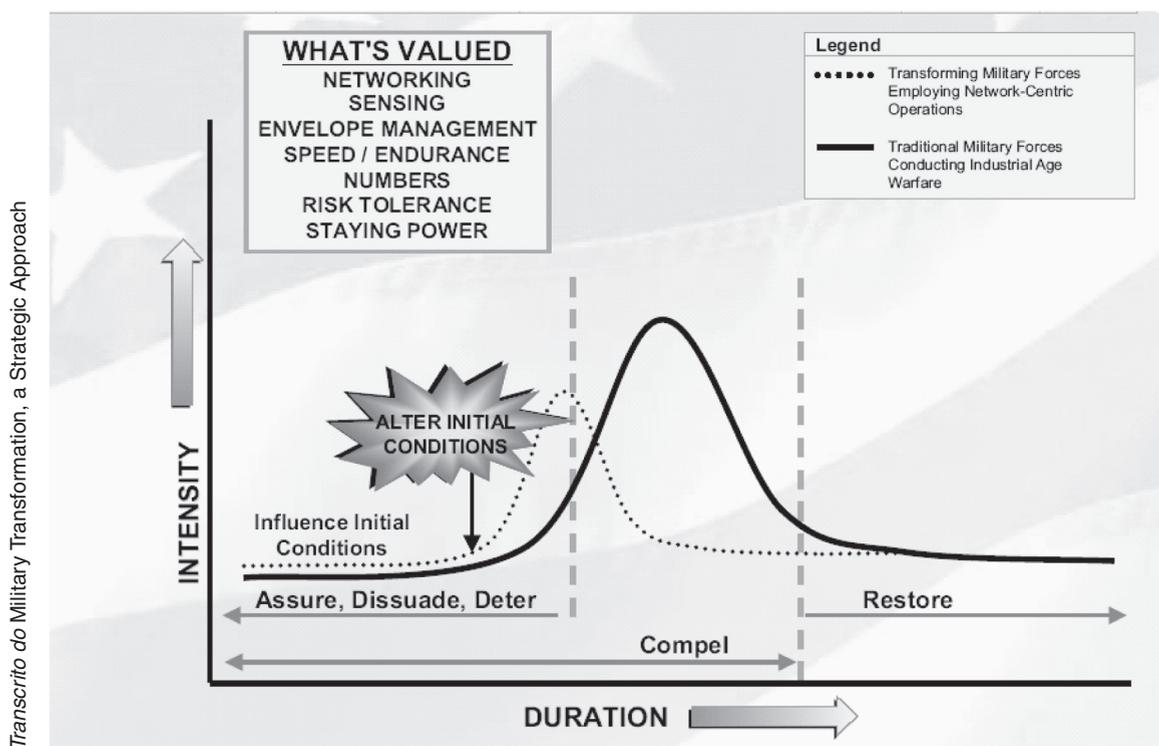
comandante das tropas não estava no teatro de guerra, mas na Flórida (EUA). Isto, porque a plataforma tecnológica de seu quartel general lhe assegurava maior eficiência ao permanecer na Flórida do que nas montanhas do Afeganistão. Na Flórida estava mais “próximo” das suas tropas do que no próprio Afeganistão. Esta situação foi amplamente debatida na imprensa durante os meses da guerra.⁸

As bases sobre as quais se apóia este projeto são basicamente as seguintes: explorar as vantagens de inteligência, desenvolver e experimentar conceitos e desenvolver a transformação das capacidades.⁹

Uma das medidas mais importantes e que vai ao encontro da transformação da defesa é a decisão de organizar um tipo de *Homeland Security* como a encarregada da defesa do próprio território nacional. Desde a sua criação, este departamento vincula-se ao projeto de transformação do setor da defesa interagindo com este.

Na Fig.2, obtida do documento *Military Transformation, a Strategic Approach*¹⁰ pode-se explicar o processo de transformação no setor de defesa dos EUA através de um gráfico que mostra a comparação entre uma força militar tradicional e uma transformada diante de uma crise. Ali se pode constatar que a crise e o conflito se dividem em três fases. Na primeira fase se convence, persuade (pelos meios diplomáticos) e dissuade (pelos

Deter Forward alter the Initial Condition



meios militares) e tem início o emprego da ação militar. Na segunda fase se consolida o poder coercitivo e na última fase se restaura a situação. Por meio deste quadro se compara a ação — quanto à intensidade e à duração — entre as forças armadas em transformação e as tradicionais. Em poucas palavras, as forças em transformação têm capacidade de participar com mais credibilidade na etapa dissuasiva, operar com maior potencial, rapidez e liberdade de ação, alternando favoravelmente as condições iniciais e obter os resultados almejados em prazos mais breves, despendendo menos recursos. Isto significa que se trata de forças aptas para a estratégia de antecipação. Concluindo, a transformação está orientada para a estratégia de antecipação. Talvez a controvérsia esteja na atuação da força militar na etapa de restauração, pois, como se sabe, as forças em transformação são qualitativas e de menores. Esta situação se observa atualmente no Iraque, onde as mesmas forças que tiveram êxito na segunda fase (coercitiva) encontraram muitas dificuldades na terceira fase (restauração). A este respeito, naquele momento, as opiniões críticas externadas pelo ex-Chefe de Estado-Maior do Exército, General Shinzeki, ficaram conhecidas através da imprensa com referência ao número de efetivos a utilizar no Iraque.

Adaptação, Modernização e Transformação

As possibilidades de aplicação na Região. As forças armadas, como mencionei anteriormente (ver Fig. 1), se apoiam em três conceitos básicos. O primeiro é a sua destinação, já que estas foram criadas para cumprir uma tarefa que a sociedade lhes concedeu desde a sua concepção. Em segundo lugar, o estado de direito lhes concedeu uma base legal e jurídica e em terceiro lugar, o Estado lhes outorga certas capacidades para que cumpram as tarefas de sua destinação em conformidade com sua base legal e jurídica. Isto visto de uma perspectiva teórica. Estes três pilares básicos interagem e quando um é modificado, essa ação repercute sobre os outros. Por exemplo, a Constituição Paraguuaia estabelece que a Nação renuncia à guerra e que suas forças armadas são defensivas. Esta alteração na estrutura jurídico-legal reflete, de certo modo, na destinação e obviamente nas capacidades das Forças Armadas Paraguaias, que terão que ser defensivas.¹¹

No caso das grandes potências as modificações não se concentram na destinação nem tampouco são jurídico-legais, porém se referem diretamente a suas capacidades, como é o caso da essência da transformação militar nos EUA. Acrescento que a história é a disciplina que nos



Departamento de Defesa

Observação da situação por um soldado do 1º Esquadrão da 4ª Divisão de Cavalaria dos EUA, localizado em uma guarita do posto de controle, próximo de Ad Duluiyah, Iraque, dezembro de 2004.

explica a natureza dos homens e instituições. Portanto, revendo a história poderemos comprovar as diferentes alterações que poderiam ter ocorrido na destinação das forças armadas bem como os casos específicos. Portanto, basicamente na América Latina qualquer modificação sobre algum destes três pilares fundamentais implica que estamos “transformando” as forças armadas. Isto significa que transformar as forças armadas na América Latina é um processo que tem maior impenetrabilidade, pois abrange aspectos políticos, de valores e de relacionamento com a sociedade. Todos estes aspectos ocorrem com muita frequência na agenda de defesa dos países. Na América Latina, transformar as forças armadas significa uma mudança radical na sua destinação, nas normas que as regem e nas suas capacidades.

Definitivamente, todas as decisões políticas adotadas pela defesa repercutem na estrutura organizacional das forças armadas, no denominado “modelo de forças”. Isto é, novas missões exigem um novo modelo para as forças militares. Se acrescentarmos missões ou tarefas às forças armadas teremos que pensar em gerar as capacidades necessárias. Portanto, é nesta oportunidade que os estados-maiores devem focar suas atenções e expressar suas opiniões profissionais.

Hoje, se trabalha simultaneamente com três conceitos. Nos EUA existe uma definição para estes conceitos sendo

que a adaptação, a modernização e a transformação são etapas de um mesmo processo, que basicamente está dividido em curto, médio e longo prazo.¹² No caso latino-americano, na minha opinião, as interpretações mais adequadas seriam: adaptação que consiste em adequar as estruturas existentes para continuarem cumprindo as tarefas previstas. Modernização é otimizar as capacidades para cumprir da melhor maneira as missões previstas e Transformação é desenvolver novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções em combate. Conseqüentemente, se um país decide reformar ou reestruturar seu setor de defesa, deverá analisar com muito cuidado estes conceitos.

Ao expor este tema, insistimos que não se trata de aplicar fórmulas alienígenas nem muito menos copiar modelos, mas sim levar em consideração as tendências, aproveitando os aspectos aplicáveis, mantendo as devidas proporções e respeitando as especificidades.

Conforme este critério, seria particularmente interessante que nas próximas reuniões regionais castrenses se discutisse profundamente a idéia de transformação militar (poderia coincidir em parte com o conceito de versatilidade) com o objetivo de tirar conclusões para América Latina.¹³ Tal procedimento é recomendável devido à possibilidade de os processos de modernização perderem seus efeitos, mais cedo ou mais tarde, resul-

tando na necessidade de realizar uma transformação mais integral nas forças armadas.

A esse respeito, deve se considerar que os processos futuros ou de transformação militar deveriam levar em consideração, pelo menos, os seguintes aspectos:

Primeiro, definir claramente o modelo estratégico a ser adotado já que deste originar-se-á a estrutura organizacional da força. Da mesma maneira, como hierarquizar as missões adequadas para os tempos atuais, isto é: 1) a hipótese de guerra (ameaças convencionais); 2) ameaças novas ou não convencionais; 3) compromissos estratégicos; e 4) papel no desenvolvimento. Por exemplo, para o Uruguai os compromissos estratégicos (3) são a primeira prioridade. Para o Chile provavelmente as ameaças convencionais (1) sejam prioritárias. Para a Venezuela possivelmente o papel no desenvolvimento nacional (4) seja o prioritário enquanto para a Colômbia serão as ameaças não convencionais (2).

Conceber as forças armadas como um instrumento da política exterior e não somente em função de hipóteses fronteiriças, às vezes desvinculadas dos interesses e das oportunidades dos Estados. Este conceito produz uma mudança nos pressupostos, já que se contrapõe ao fundamento no qual muitas forças se apoiaram durante todo o século passado.

Desenvolver capacidades combinadas e com possibilidades de interoperabilidade internacional.

Adotar organizações mais ligeiras e polivalentes dotadas de reservas móveis. Paralelamente, preparar

forças para desempenho eficiente em operações multinacionais.

Definir claramente sua função no desenvolvimento nacional, tomando cuidado para que sua função principal não seja deturpada. Além disso, é indispensável desenvolver as capacidades para executar as “novas missões”; embora as ameaças não sejam novas.

Prever uma coordenação militar-policial eficaz na área indefinida (“zona cinza”) onde as forças policiais são empregadas em ações típicas de combate por necessidade de alguns países, tais como a Colômbia. Além disso, é importante destacar que, em vários os países, a polícia subordina-se ao Ministério da Defesa.

A questão na América Latina é se definir se almejamos modernizar e transformar as forças armadas ou se, devido à escassez de recursos ou por necessidade do país, poderemos adaptá-las. O fato de estabelecer novas missões para as forças armadas, obriga a efetuar sua transformação, sendo fundamental a aquisição de novas capacidades. Em suma, na América Latina transformar as forças armadas significa abordar os três pilares fundamentais, isto é a destinação das forças armadas, a norma jurídico-constitucional que as regula e as capacidades de que necessitam.

Finalmente, uma simples reflexão:

Por que as forças armadas deveriam transformar-se?

Porque sua principal obrigação é dominar os acontecimentos. **MR**

Referências

1. Declaração de *San Carlos de Bariloche*, outubro 1996

2. Em alguns países como o Chile, a Colômbia e a Venezuela e outros, a polícia subordina-se aos Ministérios de Defesa.

3. Creio que as ameaças são as situações geradas pela vontade de um inimigo ou de adversário. Por outro lado, os problemas, as falhas estruturais da sociedade ou as carências são o desemprego, a fome, o analfabetismo, a miséria etc....

4. Departamento de Defesa dos EUA, *Transformation Planning Guidance*, abril 2003, p. 3

5. O conceito foi lançado na *Estratégia Nacional de Segurança (2002)*. Entretanto, o conceito é antigo tendo sido abordado por Beaufre, e outros, em seu livro “Dissuasão e Estratégia”. Recomenda-se de Elaine Bunn “*Preemptive Action: When, How and to What Effect*”, *Strategic Forum (INSS (NDU) número 2000, julho de 2003*

6. Nos EUA se diferencia a persuasão e a dissuasão. A primeira é uma atitude mais diplomática e a segunda dá maior ênfase ao instrumento militar. Veja, *Dissuasão as a Strategic Concept*, *Strategic Forum*, de Richard Kugler, número 196, dezembro de 2002.

7. Revisão Quadrienal de Defesa (*Quadrennial Defense Review — QDR*) Informação anual prestada pelo Departamento de Defesa para o Presidente do Congresso.

8. Para muitos militares antigos esta situação inédita não era bem compreendida. Isto gerou um debate nos jornais da época.

9. Departamento de Defesa dos EUA: *Military Transformation, A Strategic Approach*, outubro de 2003, pg. 20-26

10. Op cit, *Military Transformation. A Strategic Approach*, outubro de 2003, p. 30.

11. No caso da América Latina há países onde ainda se discute a destinação das forças armadas e a necessidade de sua existência. Esta discussão não ocorre em países de elevado poder nacional.

12. O conceito de Adaptação em Hans Binnendijk e Richard Kugler in *Managing Change: Capability, Adaptability, and Transformation*, *Defense Horizons*, junho 2001.

13. Uma alternativa para a transformação que é um processo mais global, é alcançar uma maior polivalência do instrumento militar. Não obstante, nem sempre a polivalência assegura eficiência em todos os âmbitos que pretende abranger.

Jaime Garcia Covarrubias assumiu o cargo de Professor de Política e Segurança no Centro de Estudos para a Defesa Hemisférica em 12 de março de 2001. Anteriormente foi professor no Instituto de Ciências Políticas da Universidade do Chile, na Universidade Central e na Universidade Andrés Bello. Durante sua carreira o Dr. Garcia especializou-se nas áreas de estratégia, geopolítica, estudos de defesa e sociologia militar. É membro da Associação de Ciências Políticas do Chile, da Associação Internacional de Sociologia (Comité 1) e da Associação de ex-alunos do Centros de Estudos Diplomáticos e Estratégicos de Paris, França. Possui os títulos de Mestre em Ciências Políticas pela Universidade do Chile e Ph.D. em Ciências Políticas e Sociologia pela Universidade de Salamanca, Espanha. É também graduado pelo Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos de Paris, França e pela Sociedade de Estudos Internacionais de Madrid, Espanha.